

**LUTA PELA TERRA NO SUDOESTE GOIANO:
território do agronegócio**

FIGHT FOR LAND IN SOUTHWEST GOIANO:
agribusiness territory

Geslayne Dias da Silva ¹
geslaynediaz@gmail.com

Edevaldo Aparecido Souza²
ediueg@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás UEG/Câmpus Quirinópolis

Resumo: O presente texto aborda temas relacionados a questão agrária no Brasil, em Goiás. Objetiva-se identificar a veracidade ou não da hipótese da pesquisa que no Sudoeste goiano houve um enfraquecimento dos movimentos sociais no campo devido à força do coronelismo e, atualmente do agronegócio. Nessa perspectiva, a pesquisa procura ainda explicar as razões pelo qual os movimentos sociais, enfraquecidos em razão do agronegócio, têm uma insurgência em 2014/2015, com novos acampamentos e ocupações se instalando no Sudoeste Goiano. A metodologia utilizada baseia-se em leituras bibliográficas, tendo o materialismo histórico como método para os direcionamentos teóricos das análises. Alguns autores foram utilizados para a o referencial bibliográfico, tais como: Jesus, Calaça e Silva (2013); Ribeiro e Guimarães (2011); e Silva e Souza (2012).

Palavras-Chave: Questão. Agrária. Luta pela terra. Coronelismo. Agronegócio

Abstract: This text tackles agrarian-related topics, in Brazil and in Goiás. The aim is to identify the veracity of the research hypothesis, which states that social movements have been losing strength in the Goiás Southwest due to the power of coronelism, and, nowadays, agribusiness. It is important to understand, in this perspective, the research seeks to explain the reasons why the social movements, weakened due to agribusiness, are seen to increase in 2014/2015, thanks to new settlements and occupations spreading in the Goiás Southwest. The methodology used is also relies on bibliographic readings and the historical materialism is the method for the theoretical discussions and analysis. Some authors were used as a bibliographic support, such as such as: Jesus, Calaça and Silva (2013); Ribeiro and Guimarães (2011); and Silva and Souza (2012).

Keywords: Agrarian Issue. Battle for Land. Coronelism. Agribusiness

Introdução

¹Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás-Câmpus Quirinópolis, e pós-graduanda do curso lato sensu em Diversidade e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Goiás-Câmpus Quirinópolis. geslaynediaz@gmail.com

²Professor Dr. do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Quirinópolis. ediueg@gmail.com.

A questão agrária brasileira é tema de debate e discussões em âmbitos institucionais ou políticos, engendrada no processo histórico, apresentando falhas desde os primórdios. O Brasil é palco de diversos conflitos no campo. Em virtude de o país nunca ter realizado a reforma agrária justa e verdadeira, alguns projetos foram apresentados por políticos para que esse quadro pudesse ser revertido, no entanto, nunca houve, de fato, uma priorização por parte da União voltada a essa questão.

A não realização da reforma agrária ocasionou no país um “caos” no campo e conseqüentemente nas cidades. Podemos destacar: a concentração fundiária no país, com números elevados; a tecnificação da agricultura, uma vez que em nosso entendimento a agricultura não se modernizou (o sistema ainda parece arcaico, o trabalhador assalariado está envolvido num sistema capitalista perverso, pelo qual foi imposto); além da depredação ambiental, decorrente da introdução da mecanização no campo, pacote adotado da famosa revolução verde.

Foi a partir do sentimento de justiça e vontade de uma igual distribuição de terra, o que só poderia acontecer se houvesse uma reforma agrária justa, massiva e igual para todos, que as comunidades camponesas se uniram a ex-camponeses na cidade e começaram um incessante movimento de luta pela terra – originada na criação das ligas camponesas, primeira organização a se unir em prol da questão agrária, até os dias atuais. Reflexos dessa luta estão nas diversas pessoas que já foram assassinadas no país por defenderem seus ideais e quererem de fato uma igualitária distribuição de terras no Brasil.

Goiás faz parte dessa história de luta pela terra e também do cenário de concentração fundiária, tendo em seu território uma região considerada o berço do agronegócio. Faz parte desse cenário o sudoeste goiano, incluído nas lógicas do agronegócio. Para realização dessa pesquisa, foi utilizado o método materialismo histórico-dialético, baseado nas ideias marxistas, destacando as principais contradições existentes na questão da reforma agrária.

A pesquisa foi realizada entre 2014 e 2016 e promoveu um debate teórico organizado pelas referências bibliográficas de autores que retratam os temas envolventes, tais como: Jesus, Calaça e Silva (2013); Ribeiro e Guimarães (2011); Silva e Souza (2012); Dourado (2016) e dados do DATALUTA (2015). Este trabalho alcança uma elevada importância, uma vez que é uma investigação que procurou explicar como o agronegócio influencia diretamente para que essa região seja “ausente” de mobilizações e de movimentos sociais de luta pela terra.

Goiás e a luta pela terra e pelo território

A luta pela terra no Brasil é uma discussão que vem se intensificando ao longo do tempo por diversas instituições e sujeitos da sociedade, assim como também a questão agrária enquanto conceito tem sido debatida nas instâncias da academia. Nesse sentido, a Geografia tem apresentado grandes contribuições, visto ser uma análise de um processo histórico cujas origens antecedem o período de colonização do Brasil.

Desde o início da colonização as terras no Brasil foram distribuídas de forma desigual, concentrando propriedades nas mãos de poucos e deixando muitos sem acesso. Tal sistema introduzido no país pode explicar os reflexos da não reforma agrária, na força do coronelismo, em vigor no final do século XIX e início do século XX. Esse sistema era de extrema rigidez, dentro do qual quem comandava eram os grandes e ricos fazendeiros donos de grandes extensões de terras, chamados de coronéis.

Goiás recebe esse mesmo formato de ocupação e distribuição de suas terras, o que garantiu, assim como em todo o país, alta concentração de terras. Essa ocupação se deu no início do século XVII, quando os primeiros municípios do estado foram se formando. Esse processo aconteceu com a chegada dos bandeirantes em terras goianas, para a ocupação do Cerrado e para a exploração principalmente de ouro. Através dos primeiros arraiais, foram-se formando pequenos municípios, favorecendo diversas atividades econômicas no estado como a agricultura, pecuária, mineração entre outras.

Atualmente, Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o estado de Goiás tem uma área territorial de 340.110.385, o que representa 4 % do território nacional, o sétimo estado do país em extensão territorial. Está localizado na região Centro Oeste, possuindo uma população de 6.695.855 habitantes, com uma densidade demográfica de 17,65 hab/km². Possui 246 municípios e é um dos estados com mais atrativo de investimentos do país (FRANCISCO, 2016). Possui um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 100 bilhões, possui ainda uma pecuária que apresenta números significativos.

Segundo a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN, 2011), o estado possui uma agricultura mecanizada de ponta, ocupa a quarta posição no ranking nacional em produção de grãos, sendo também um grande produtor de sorgo, cana-de-açúcar, dentre outras atividades.

Esses dados positivos procuram esconder uma realidade sombria no estado para os pequenos produtores, que sofreram muito desde a assinatura da lei de terras em 1850. Apesar de haver diversos movimentos sociais presentes no Estado, esses demoraram a se manifestar

em razão do coronelismo presente a décadas nesse território. Vale salientar que o coronelismo não se extinguiu, apenas foi recriado nas lógicas do agronegócio.

Outra organização social no campo que faz parte da história de Goiás é a luta de Trombas e Formoso. Foi um conflito político e armado que ocorreu no Norte de Goiás, entre camponeses sem terras e grileiros, que ocasionou na morte de algumas pessoas, e o desaparecimento anos mais tarde do seu líder, José Porfírio. Foi um marco para a luta de terras em Goiás por ser um movimento que resultou na eleição de um camponês a deputado estadual, José Porfírio.

O movimento político de Trombas e Formoso se caracteriza em uma experiência de luta que se configura pela resistência armada de camponeses do norte do Estado de Goiás, em meados da década de 1950, que rebelaram-se contra o processo de expropriação de terra liderada por um grupo de grileiros fortalecidos pelo legitimado suporte do governo do Estado. A luta reconhecida como Revolta de Trombas e Formoso se apresenta como um dos mais importantes conflitos camponeses do país, sobretudo, por seu protagonismo e organização política e social, tendo em vista a conquista do título das terras mediante o embate com grileiros e o próprio Estado. (DOURADO, 2014, p. 1).

O que deu início a essa luta foi a chegada de grileiros em uma área de posses e da presunção da cobrança do arrendo de terras por partes dos grileiros. Porém, os camponeses recusaram-se a se sujeitar a cobranças exigidas pelos grileiros, o que desencadeou uma sucessão de fatos e conflitos.

O conflito teve início quando um grupo de fazendeiros liderado por João Soares passou a exigir dos posseiros, que ali já estavam instalados, o pagamento do arrendo da terra por escrito - um documento atestando a desistência da terra e firmando o pagamento do arrendo. Os posseiros se recusaram a assinar qualquer contrato, apesar de pagarem a taxa cobrada, cerca de 30% da produção de arroz. A recusa desencadeou sucessivas ações de coerção desempenhadas pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, resultando na reação dos posseiros e, conseqüentemente, no conflito armado. (DOURADO, 2014, p. 5).

Essa organização, segundo Dourado (2014) recebeu ajuda de diversas pessoas: parlamentares, estudantes, líderes de partidos políticos como PCB, entre outros. Com a ditadura militar muitos representantes desse movimento, inclusive os camponeses, foram presos, exilados e torturados. Seu líder, José Porfírio, desapareceu.

Com a valorização da região Centro Oeste, por intermédio de políticas implementadas pelos governos nacional e estadual, o Cerrado, antes visto como raquítico e improdutivo, passou a se tornar o principal bioma brasileiro a ser ocupado, neste período, para agricultura e a pecuária. A partir de 1970, começou a se formar uma estrutura fundiária no país, com a valorização do estado perante a economia nacional.

O Cerrado foi tomado pelo processo de tecnificação, no qual maquinários agrícolas foram instalados e a agricultura começou a se tornar extensiva. Vários cultivos foram pré-

estabelecidos para a produção em larga escala e para o mercado. A princípio, o arroz, posteriormente, a soja e o milho, e recentemente, a cana-de-açúcar. A pecuária para a produção leiteira e de corte também tem sido uma das grandes contribuições para o PIB de Goiás. O processo de tecnificação da agricultura e exploração do Cerrado foi o que determinou a expulsão dos camponeses do espaço rural. Entretanto, também impulsionou esses sujeitos, que não se adaptaram nas cidades, a darem início à luta pela terra e à reforma agrária no estado.

Muitas terras consideradas devolutas em Goiás, no processo de construção da Rodovia Belém-Brasília, que liga a capital ao restante do país, foram tomadas por grandes latifundiários. Por pertencerem à União, eram consideradas terras sem donos, mesmo aquelas ocupadas há décadas por posseiros. Alguns fazendeiros foram se apropriando ilegalmente dessas terras e expulsando muitos posseiros que não haviam legalizado suas posses. Por falta de conhecimento, se tornaram vítimas dos grandes latifundiários grileiros. Com isso, houve diversos conflitos entre latifundiários e posseiros, como por exemplo, o caso das famílias de Trombas e Formoso.

A partir dessas pressões dos fazendeiros, afirma Nodari (1999, p. 611), muitos posseiros foram expulsos ou abandonaram suas terras por medo. “Em 1976 foi criada, na Assembléia Legislativa de Goiás, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as irregularidades e encaminhar soluções ao problema. No entanto, por falta de verbas e de interesse dos deputados, a CPI não cumpriu suas finalidades”.

Um grande marco da luta pela terra no Brasil e em Goiás foi o compromisso social e profético da igreja católica, considerada progressista, liderada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1975, foi criada a Comissão de Terras, que três anos mais tarde se transformou em Comissão Pastoral da Terra (CPT) e muito ajudou os trabalhadores rurais em suas conquistas por terras e por direitos trabalhistas:

A CPT procurou, desta forma, contribuir para que os trabalhadores do campo se organizassem enquanto classe, frente às pressões do capital e à repressão do governo. Propunha, não substituir as organizações dos trabalhadores, mas levar os trabalhadores cristãos para dentro do sindicato, que ela considerava como o lugar apropriado de atuação organizada. Com a organização dos trabalhadores, a correlação de forças, na luta pela terra começou a se modificar. De fato, a partir do apoio da Igreja, os posseiros puderam esboçar uma resistência na luta contra a expulsão, embora ainda em condições desiguais. Pelo menos puderam ser esclarecidos de seus direitos; passaram a ter um canal de comunicação para denunciar as injustiças e a violência a que estavam submetidos; passaram a contar com uma assessoria jurídica para se defenderem dos ataques dos grileiros e para demandarem em ações de manutenção de posse. (NODARI, 1999, p.613).

Com toda essa ação, muitos latifundiários se revoltaram e a violência contra os posseiros continuou. Várias ações foram realizadas como: expulsão de famílias das terras,

queima de casas e de lavouras, tiroteios, assassinatos, ameaças de morte a trabalhadores rurais sem terras, padres, membros da CPT, da CNBB, assim como de sindicalistas e outras lideranças da luta pela terra. Em 1979, um novo avanço para as lutas no campo surge com a adequação de posseiros às ações sindicalizadas, quando os trabalhadores resolveram traçar ações em conjunto, priorizando as disputas coletivas.

Mesmo com todas essas transformações, na década de 1980, o cenário mudou, novas ações como forma de pressão exercidas pelos grandes latifundiários para o fortalecimento do capitalismo obrigaram centenas de famílias de camponeses a deixar o campo, o chamado êxodo rural. Para os geógrafos, trata-se de um processo de desterritorialização camponesa. O território está implicado na lógica das relações de poder e é uma categoria de análise da Geografia trazida por Ratzel para essa ciência. Há vários conceitos de território. Vale salientar que não existe um conceito definitivo, mas há certo consenso de que os territórios estão relacionados à disputa pelo poder.

Ao longo da história do pensamento geográfico, o território se tornou uma de suas categorias conceituais pelo fato de agregar ao espaço um valor ligado às relações sociais ocorridas naquele. Dessa forma, o território dá ao espaço os valores de uso, troca, o valor de produção e reprodução contínua. [...] Diante dos fatos, as relações que se estabelecem no território por um grupo ou indivíduo, deve ser compreendida como uma relação de poder. Por sua vez, o poder torna-se parte inseparável do território, e esse só existe a partir dessa relação. (SOARES, 2012, p. 3).

No caso da luta pela terra, é certamente uma disputa pelo poder. Portanto, uma luta pelo território. A conquista ou êxito nessa luta significa a territorialização, ao passo que uma desterritorialização denota a perda do território, ou seja, perdem-se os vínculos territoriais de ambos os lados – dentro do contexto de ocupações, acampamentos, assentamentos para as famílias de sem terras, ou ainda de desapropriação para os latifundiários.

O processo de desterritorialização implica tanto a perda de um território como a saída de uma área para outra. A territorialização seria as relações vividas no território ou as existentes nele, os vínculos, o sentimento de pertencimento ao território. Segundo Fuini (2014, p. 230), “[...] seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade”. Fuini (2014) destaca ainda que poderia ser também chamada de enraizamento territorial vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) contribui diretamente para o processo de territorialização e reterritorialização de famílias camponesas, não apenas em Goiás, mas em todo o país. O MST foi criado em 1985 em Cascavel, Paraná, que contou, inicialmente, com a

participação de 11 estados. Somente em 1990, se consolidou e tornou-se o principal movimento responsável da luta pela terra no Brasil. Esse movimento tem trazido diversidade para o campo brasileiro e contribuído para um novo significado às formas de luta e organizações sociais:

Desde sua origem, o MST tem representado uma novidade política na cena brasileira, por suas formas de luta, organização e propostas. Trata-se de inovações que foram se fazendo tanto a partir das experiências do público envolvido, com suas histórias particulares de lutas e das lideranças que foram se constituindo, quanto também de uma interlocução e concorrência política com outros atores em cena, em especial com o sindicalismo rural. Mas também se desenvolveram a partir das disputas com as organizações patronais, que reagiram com violência às ocupações, e com as instituições estatais (ministérios e agências diversas) que ora reprimiam, ora absorviam algumas demandas. [...] Ao longo dos últimos 25 anos, o público que vem engrossando ocupações e acampamentos tem apresentado um perfil diversificado, trazendo tensões para o interior das concepções originais do MST. (MEDEIROS, 2009, p. 4).

De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2016), atualmente, o movimento está organizado em 24 estados distribuídos entre as cinco regiões brasileiras. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. No entanto, é justo salientar que não é apenas o MST que defende os interesses da classe de trabalhadores sem terras nesse país. Os sindicatos e suas federações têm também desenvolvido esse papel, assim como outros movimentos sociais do campo, dentre eles, o Movimento de Pequenos agricultores (MPA) e o Movimento Terra Livre.

Os impactos da não reforma agrária no estado de Goiás foram imensos, principalmente na apropriação e tecnificação da agricultura no Cerrado. O bioma sofreu um intenso desgaste físico: muitas espécies animais e vegetais entraram em extinção, solos foram degradados, cursos d'água contaminados e assoreados, dentre outros.

Também os impactos socioculturais foram significativos, sobretudo no que se refere ao gradativo aumento da migração campo-cidade, ou seja, a intensificação do processo de desterritorialização das famílias camponesas. A agricultura camponesa e familiar perdeu forças para o agronegócio. Para Jesus, Calaça e Silva (2013, p. 216) “as contradições existentes no modelo de desenvolvimento se manifestam produzindo pobreza e violência no campo”. Os autores afirmam que “a expansão e apropriação das terras pelo agronegócio vem promovendo alterações nos diferentes espaços e no modo de vida dos camponeses”.

O Sudoeste goiano no contexto das lutas pela reforma agrária

O Sudoeste de Goiás é bastante desenvolvido economicamente, comparado a outras microrregiões do estado. Seus municípios se destacam principalmente em produção de grãos, pecuária, cultivo de cana-de-açúcar e pelo processo de mecanização. Segundo dados recentes, essa microrregião produz diversas toneladas de grãos anualmente, o que faz com que ela seja uma das mais desenvolvidas economicamente do estado. De acordo com Silva e Souza (2012, p. 11), é no Sudoeste Goiano que mais se produz soja, “é onde se localizam os cinco maiores produtores do estado, são eles: Rio Verde, Jataí, Mineiros, Montividiu, Chapadão do Céu e Perolândia. No que se refere à produção de cana-de-açúcar, ênfase a Santa Helena de Goiás como maior produtora (1.654.220 toneladas)”.

Vários fatores contribuíram para que o Sudoeste goiano se tornasse tão desenvolvido. Um deles é o fato do agronegócio estar fortemente presente nessa Mesorregião, principalmente em comparação com outras microrregiões do estado, como o Norte de Goiás, por exemplo. Isso se explica pelas facilidades de recursos naturais e fatores físicos, uma vez que em toda a Mesorregião Sul goiano, as terras são mais planas e férteis. Associa-se a todos esses fatores boa localização geográfica e o fato de essa microrregião ter recebido incentivo do governo através do programa POLOCENTRO para que se tornasse tão desenvolvida.

A região Sudoeste de Goiás foi uma das doze áreas de cerrado beneficiadas pelo POLOCENTRO, o principal programa de ação regional do II PND (1975-79). Neste programa estabeleceram-se programas de crédito subsidiado, que atraíram produtores do sul do país e consolidaram a cultura da soja na região, que se tornaria a base do complexo agroindustrial de grãos/carnes que viria em seguida. (CARMO; AZEVEDO; GUIMARÃES 2002, p.3).

Outra característica que torna essa microrregião tão forte em relação a instalação do agronegócio é a grande riqueza hídrica que possui. É importante salientar que sobre o aquífero Guarani está praticamente toda a Mesorregião Sul Goiana, ou seja, nessa perspectiva de terras com grande potencial hídrico, explica-se, também, a presença forte do agronegócio nessa microrregião. Embora as características físicas também tenham contribuído para que isso acontecesse, os fatores econômicos são mais considerados quando se trata de planejar áreas e regiões para a produção.

Dentre os fatores que contribuíram para efetivação da região enquanto produtora de grãos está a proximidade com o mercado consumidor do Centro-Sul brasileiro; a construção de rodovias; a construção de Brasília; as características geomorfológicas da região, terras planas que favoreceram a mecanização e a implantação de políticas públicas para fomentar a produção como o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (Polocentro), o Programa de Desenvolvimento Industrial (Produzir) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) do Ministério da Integração Nacional. (SILVA; SOUZA, 2012, p. 2).

O desenvolvimento dessa microrregião ao longo do tempo trouxe consigo alguns impactos para a estrutura fundiária de Goiás. Houve um elevado número de migração de pessoas de diversas partes do país para esse local, além da diminuição da população no espaço rural e aumento na cidade, promovidos pelo processo de expulsão de famílias camponesas do campo.

O Sudoeste Goiano esteve fortemente presente nas lutas sociais no campo. Alguns municípios se destacam nessa questão, como é o caso de Jataí que faz parte da história de luta pela terra por ser o de maior número de ocupações e um dos primeiros a conduzir camponeses, através dos movimentos sociais e sindicais, a lutar por seus direitos. Segundo Ribeiro e Guimarães (2011), Goiás é o segundo estado do Centro Oeste a ter maior número de ocupações, somando entre os anos de 1988 e 2007, 375 ocupações. Esses dados fazem parte de um levantamento de 9 municípios do Sudoeste goiano e suas ocupações entre os anos de 1993 e 2007.

Várias entidades contribuíram para o processo de luta pela terra e reforma agrária nesse estado, tais como o MST, a CPT, o Movimento Terra Livre (MTL) e outros. Mesmo o MST não sendo atuante na microrregião Sudoeste goiano, este movimento tem dado suporte a vários municípios goianos, como é o caso de Jataí, do acampamento Padre Josimo, onde várias famílias estão agrupadas. No entanto, em boa parte desta área do estado há uma fragilidade dos movimentos sociais no campo. Para Ribeiro e Guimarães (2011) no sudoeste o movimento sempre esteve menos atuante, provavelmente por uma espécie de blindagem por parte do agronegócio, dificultando a ação dos movimentos sociais e evitando a visibilidade da luta pela terra.

A CPT tem também atuado no estado, porém na microrregião do Sudoeste Goiano, houve dificuldade dessa instituição em apoiar a luta pela terra. O agronegócio nessa microrregião é forte, desde outros tempos, com o coronelismo, até o presente, com as grandes agroindústrias instaladas nessa microrregião. Jataí é considerado o município embrião das lutas sociais no campo nessa microrregião, por originar diversos assentamentos, acampamentos e por possuir um Sindicato de Trabalhadores Rurais bastante atuante.

Em 2014 o MTL ocupou duas fazendas em Quirinópolis que estavam em litígio com o Banco do Brasil. Em ambas, as famílias foram despejadas. Em 2015, em Aparecida do Rio Doce, a ocupação aconteceu na Fazenda São João, no qual o movimento exigiu que essa propriedade fosse investigada pelo INCRA; e em 2016 o movimento ocupou a Fazenda Campolina em Jataí, que tem problemas judiciais. Em ambas a reivindicação era para que a área fosse destinada à reforma agrária.

Em 2016, surge uma nova ocupação na fazenda do Grupo Naum no município de Santa Helena de Goiás. Esse acampamento tem como organização e apoio o MST, e é denominado

Leon Orback em homenagem a um militante do MST morto no Paraná. Recebe representantes de acampados espalhados por diversas cidades do estado, dentre elas, o acampamento Padre Josimo em Jataí, também com um desmembramento para outro acampamento na rodovia GO-210, entre Santa Helena de Goiás e Rio Verde. O objetivo desse movimento é a desapropriação da fazenda e a destinação da terra daquele grupo para as famílias que ali acamparam. Nesse sentido, estão pressionando o governo de diversas maneiras. Há dificuldades, uma vez que o grupo Naum é poderoso e exerce influência em todas as instâncias públicas.

Os efeitos dessa ocupação já começaram a aparecer: houve confronto com a polícia e liminares de desapropriação foram expedidas. No entanto, os líderes do movimento têm conseguido derrubá-las, e por último, a prisão do presidente do MST de Goiás, José Valdir Misnerovicze mais dois integrantes do movimento, com a acusação de formação de uma organização criminosa baseada na legislação antiterrorismo.

A concentração fundiária no Brasil, atualmente, é um dos grandes problemas enfrentados pela classe de trabalhadores rurais, sendo decorrente da não realização de uma reforma agrária no país. Com consequências para a população da cidade, uma vez que as grandes propriedades, nas últimas décadas, têm descartado a produção de alimentos priorizando as *commodities* de matérias primas para ração, papel e agrocombustível. Por concentração fundiária, entende-se a centralização de grande parte de terras cultiváveis nas mãos de um pequeno número de proprietários, denominados latifúndios. Em contraponto, há os que dividem entre si, o restante de terras, ou seja, as médias e pequenas propriedades.

O campo brasileiro desde os primórdios foi marcado por disparidades, visto que desde o período de colonização do Brasil, as terras foram distribuídas de maneira desigual e formou-se uma estrutura fundiária concentradora. Em Goiás, não foi diferente, uma vez que, no estado, há casos de luta pela terra e reforma agrária. Segundo dados do relatório DATALUTA (2015), Goiás é um dos estados que mais possuem assentamentos rurais na região Centro-Oeste, totalizando em 2014, 4,1%, um índice alto se comparado a outros estados dessa região, como o Mato Grosso do Sul, que no mesmo ano não contabilizou nenhum assentamento e Mato Grosso com 6,69%.

A concentração fundiária tornou-se então questão indispensável para ser repensada. A estrutura fundiária em Goiás está distribuída de forma desigual. Enquanto as pequenas propriedades possuem em média 48,479 ha/família, as grandes alcançam um percentual médio de 564,164 ha/família. Há que lembrar que é apenas média, ou seja, existem propriedades que podem chegar à dez mil hectares, assim como há minifúndios que não alcançam um módulo mínimo

fiscal. As propriedades médias registram 291,801 ha/família, de forma geral.

A partir dessa realidade de concentração fundiária no país e em Goiás, subentende-se que muitas famílias camponesas, expulsas do campo, encontram-se nas cidades brasileiras, disputando com milhares de outras pessoas as condições necessárias para uma qualidade de vida melhor. Nesse contexto, muitas delas organizam-se para pensar estratégias de retorno ao campo. Em Maurilândia, dezenas de famílias estabeleceram a montagem de um acampamento como estratégia de luta para a conquista de um pedaço de terra para morar e produzir alimentos e ter qualidade de vida.

Considerações Finais

No início da pesquisa, partiu-se do princípio que, por ter sido um ano onde surgiram algumas manifestações, acampamentos, assentamentos e disputa por terras nessa microrregião, havia uma suposta ideia de que o sudoeste goiano tinha se fortalecido e conseguido quebrar paradigmas, em virtude das novas aparições de movimentos. O que se percebeu com o avanço da pesquisa foi que, de fato, o agronegócio nessa região é forte o suficiente para desarticular qualquer movimento social de luta pela terra.

Partiu-se de uma hipótese de que estava ocorrendo quebra de paradigmas pelo fato de aparecerem, no Sudoeste Goiano, alguns acampamentos e ocupações de terras, no entanto, isso não se concretizou. O que ocorreu alguns meses depois foi o esfacelamento dessas iniciativas de lutas. As duas ocupações em Quirinópolis, coordenadas pelo Movimento Terra Livre, foram dissolvidas a partir da reintegração de posse. Os acampamentos às margens de rodovias, os que permanecem não têm forças de negociação o suficiente para nutrir as perspectivas da conquista da terra. A atuação do MST nessa microrregião restringe-se ao Acampamento Padre Josimo, localizado na rodovia GO-210, entre os municípios de Santa Helena de Goiás e Rio Verde e a ocupação/acampamento em uma das áreas da Usina Santa Helena, no município de mesmo nome.

Diante de todos os posicionamentos e informações, o que se pode concluir de resultados dessa pesquisa é que o Sudoeste de Goiás possui uma forte influência e controle do agronegócio (ainda sob as ideias e bases calcadas no coronelismo, pois esse sistema apenas se modernizou). Isso explica o fato de essa região ser tão frágil quanto ao processo de luta pela terra e constituição de movimentos sociais no campo.

A questão agrária revela uma luta desigual: de um lado, está o latifúndio, improdutivo ou não, respaldado por políticas públicas ou ações do estado, e de outro, os camponeses, outrora expulsos da terra e que procuram se organizar e montar estratégias de

retorno ao campo. O agronegócio, de fato, foi bem introduzido no país. Está forte em Goiás, principalmente no Sudoeste Goiano, graças às estratégias, legais e ilegais (a criminalização dos movimentos sociais, por exemplo) de desarticulação de qualquer movimento relacionado à luta pela terra. É um sistema perverso que visa apenas a acumulação ampliada do capital, ou seja, maximização dos lucros sem precedentes.

Enfim, todas essas mudanças só acontecerão de fato se se concretizar uma reforma agrária justa e de igualdade para todos, o que depende da organização da classe trabalhadora em movimentos sociais de luta pela terra em suas diversas formas. Caso contrário, não se concretiza tão cedo devido à força do sistema capitalista agrário que é forte, aliena e “escraviza” as pessoas.

Referências

CARMO, Roberto Luiz do; AZEVEDO, Adalberto Mantovani Martiniano de; GUIMARÃES, Eduardo. **Agroindústria, população e ambiente no Sudoeste de Goiás**. 2002. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/hmrS6>>. Acesso em: 23 out. 2016.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra: relatório Brasil.2015**. Disponível em:<http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

DOURADO, Maiara. **A luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar**. 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/dfnqU>. Acesso em: 19 nov. 2016.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **A população de Goiás**. Disponível em:<<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/a-populacao-goias.htm>>. Acesso em: 3 set. 2016.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização, e territorialidade: o uso da música para a compreensão dos conceitos geográficos**. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155/4366>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Goiás**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=go>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

JESUS, J. N.; CALAÇA, M.; SILVA, L. G. O território camponês em construção: utopias e contradições, **Revista territorial**, Goiás, v.2, n.2, p.211-229, jul./dez. 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A luta por terra no Brasil e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/ckCS1>. Acesso em: 8 set. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos.** Disponível em:<<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

NODARI, Eunice. **História:** fronteiras. São Paulo: Humanitas, 1999.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; GUIMARÃES, Juliana Carneiro. Trajetórias socioespaciais de camponeses (e)migrantes e a luta pela terra. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 7, n. 8, p. 53-67, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO – SEGPLAN. **Goiás em Dados.** 2011. Disponível em <<http://www.imb.go.gov.br/down/godados2011.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

SILVA, Edson Batista da; SOUZA, José Carlos da. Modernização da agricultura e apropriação do cerrado:uma análise das microrregiões do Sudoeste Goiano e Quirinópolis no Estado de Goiás.**Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 21.,**Anais.**Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em <encurtador.com.br/dBFLX>. Acesso em 21 nov. 2016.

SOARES, Jardel Araújo. **Poder e território na Geografia:** estudo do tráfico de drogas em Teresina-PI.2012, Teresina. Disponível em <encurtador.com.br/bjxB2>. Acesso em: 21 nov. 2016.